

Brasília-DF, 06 de março de 2026



Leia aqui o **MANIFESTO NACIONAL DO 8 DE MARÇO UNIFICADO 2026**

José Reginaldo participa do Seminário 'Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres'



Gleisi Hoffmann - ministra-chefe da SRI da Presidência da República

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), José Reginaldo Inácio,

participou do Seminário "**Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres**", realizado no Palácio do Planalto, em Brasília. O evento foi promovido pelo colegiado em parceria com o Ministério das Mulheres e integrou as ações do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio.



José Reginaldo Inácio - Conselheiro CDESS e Presidente da CNTI

O seminário reuniu representantes do governo, da sociedade civil e de diferentes instituições para debater medidas de prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres no país. Durante o encontro, foram destacadas iniciativas voltadas à construção de políticas públicas e ao fortalecimento de estratégias de proteção e promoção da igualdade de gênero.



Maria da Penha - palestrante

A iniciativa também dialoga com a campanha Todos Juntos por Todas, lançada pelo governo federal para mobilizar a sociedade no combate ao feminicídio. A proposta convoca especialmente os homens a se posicionarem e participarem ativamente das ações de enfrentamento à violência, reforçando que a proteção da vida de meninas e mulheres é uma responsabilidade coletiva.

Brasília-DF, 06 de março de 2026

CNTI e NCST presentes na solenidade de entrega da Comenda Mery Medeiros



Na tarde desta quinta-feira (5), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania (COEDHUCI RN), promoveu a cerimônia de entrega da Comenda Mery Medeiros de Direitos Humanos, realizada no Auditório da Rampa.

O evento contou com a participação da governadora Fátima Bezerra, que realizou a entrega das comendas em reconhecimento público a pessoas que se destacaram, ao longo de 2025, na luta pela promoção e defesa dos direitos humanos, refletindo os valores de justiça, igualdade e dignidade que norteiam essa importante premiação.

O Auditório da Rampa, repleto de autoridades, familiares, amigos e representantes de organizações ligadas à causa dos direitos humanos, foi palco de um momento marcado por celebração e reflexão.



Governadora Fátima Bezerra e Sônia Zerino

A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e secretária para Assuntos da Mulher, Juventude e Idoso da Confederação Nacional

dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sônia Zerino, recebeu a comenda das mãos da governadora Fátima Bezerra, da secretária estadual das Mulheres, Júlia Arruda, do presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Jan Varela, e da coordenadora do COEDHUCI RN, Rosa Melo.



A Comenda Mery Medeiros de Direitos Humanos simboliza não apenas um reconhecimento individual, mas também um chamado para que mais pessoas e instituições se engajem na defesa intransigente dos direitos humanos, especialmente em um momento em que esses valores se mostram cada vez mais necessários.



Brasília-DF, 06 de março de 2026

CNTI participa de reunião com o Deputado Federal José Nelto



A diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) realizou, na tarde desta quarta-feira (4), uma reunião institucional na Câmara dos Deputados com o deputado federal José Nelto (GO). O encontro contou com a presença do presidente da entidade, José Reginaldo Inácio, e do secretário de Finanças, Pedro Luiz Vicznevski.

Durante a reunião, foram apresentadas ao parlamentar iniciativas e pautas relacionadas ao fortalecimento da representação dos trabalhadores da indústria. Também foi destacado que, no ano em que a CNTI completa 80 anos, a entidade reforça a importância da aproximação entre o movimento sindical e o Legislativo para o debate de temas relevantes aos trabalhadores brasileiros e ao setor industrial.

Pejotização é a bomba-relógio sob o cofre do FGTS

Ao trocar CLT por CNPJ, País corrói o fundo que sustenta a casa própria da classe média e a habitação popular.

Marcos Verlaine*



O elo invisível entre emprego formal e moradia: a pejotização — a substituição de contratos celetistas (CLT) por vínculos como pessoa jurídica — é frequentemente tratada como mero arranjo contratual. Não é. Essa alteração atinge o coração de um dos principais instrumentos de financiamento habitacional do País: o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o empregador deposita 8% do salário mensal no fundo. Quando o trabalhador vira PJ, esse fluxo simplesmente desaparece.

O efeito não é apenas individual — perda de 13º, férias e proteção contra demissão —, mas sistêmico: menos recursos no FGTS significam menos crédito para financiar moradia.

Em 2023 e 2024, o FGTS respondeu por algo em torno de R\$ 100 bilhões a R\$ 120 bilhões por ano em financiamentos habitacionais, sustentando milhões de contratos ativos.

Desse total, a maior parte é destinada à habitação popular, especialmente por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, além de operações orientadas à chamada classe média, que utiliza o fundo para entrada e amortização de imóveis.

Enfraquecer a base de arrecadação do FGTS é, portanto, fragilizar a engrenagem que move tanto o sonho da casa própria quanto a política pública de moradia.

Precarização com efeito macroeconômico

Defensores da pejotização argumentam que o modelo reduz custos e amplia a flexibilidade. O problema surge quando há subordinação, habitualidade e pessoalidade: elementos que configuram vínculo empregatício.

Nesses casos, a pejotização pode se transformar em fraude trabalhista, acumulando passivos e insegurança jurídica.

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) tem alertado para o risco de erosão dos direitos sociais e para o impacto previdenciário. Menos contribuições ao INSS e menos depósitos ao FGTS significam pressão futura sobre as contas públicas.

O debate chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal), que discute os limites entre terceirização lícita e fraude. Ao mesmo tempo, a Corte decidiu que o saldo do FGTS deve ser corrigido, no mínimo, pelo IPCA, assegurando reposição inflacionária. Trata-se de avanço na proteção do trabalhador formal. Mas não resolve o problema se a base de contribuintes encolhe.

Paradoxo do curto prazo

Empresas que migram para o modelo PJ buscam reduzir encargos no presente. Porém, a disseminação

Brasília-DF, 06 de março de 2026

indiscriminada dessa prática gera paradoxo macroeconômico: enfraquece o fundo que financia a construção civil, setor intensivo em emprego e multiplicador de renda.

Menos depósitos significam menor capacidade de financiamento para habitação popular e crédito imobiliário. Em um país com déficit habitacional relevante, isso não é detalhe técnico. É escolha de modelo de desenvolvimento.

Regular para preservar

Não se trata de demonizar formas legítimas de contratação autônoma. O problema está na substituição artificial do emprego formal por CNPJ, que encobre relação típica de trabalho subordinado.

Se a pejetização avançar sem critérios, o País verá corroído um dos poucos instrumentos estáveis de financiamento social de longo prazo. O FGTS não é apenas poupança compulsória: é a espinha dorsal da política habitacional brasileira.

Ao trocar direitos por redução imediata de custos, corre-se o risco de minar o próprio sistema que sustenta a casa própria de milhões. O debate não é apenas trabalhista. É estrutural e envolve o futuro do financiamento habitacional no Brasil.

Não há um número único oficial divulgado pela Caixa, que some todos os desembolsos para casa própria e habitação popular juntos anualmente, mas há dados e estimativas que ajudam a entender a escala desses financiamentos nos últimos anos:

Financiamentos habitacionais da Caixa

- A Caixa é responsável por cerca de 70% de todos os financiamentos imobiliários no Brasil, principalmente por meio do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

- Com as novas regras de crédito habitacional anunciadas em 2025, a instituição deve injetar cerca de R\$ 20 bilhões em financiamento imobiliário, com potencial para financiar cerca de 80 mil novos imóveis até o fim de 2026.

Habitação popular e programas sociais

- No âmbito do Programa de Habitação Popular (como o Casa Verde e Amarela / Minha Casa, Minha Vida), relatórios anteriores da própria Caixa mostram que, em 1 ano típico como 2022, foram contratados cerca de R\$ 70,5 bilhões em habitação popular, resultando em mais de 382 mil unidades financiadas, quase integralmente com recursos do FGTS.

Resumo de números relevantes

TIPO DE FINANCIAMENTO	VALORES ESTIMADOS / CONTEXTO
Financiamentos imobiliários totais (participação da Caixa)	Cerca de 70% do mercado nacional
Novos financiamentos previstos 2025-2026	R\$ 20 bilhões, 80 mil imóveis
Habitação popular contratada em 2022	R\$ 70,5 bilhões em contratos Caixa

Em outras palavras: o financiamento imobiliário intermediado pela Caixa gira tipicamente na casa das dezenas de bilhões de reais por ano, com programas sociais de habitação popular respondendo sozinho por dezenas de bilhões em contratos anualmente.

Vulnerar esse financiamento será péssimo para as famílias e para a economia. A pejetização não é só ruim para os trabalhadores. É pior ainda para o giro positivo da economia no mercado, ainda mais o imobiliário e da construção civil.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Diap

Desemprego fica em 5,4% no trimestre encerrado em janeiro de 2026

Menor percentual da série comparável, iniciada em 2012, diz IBGE



A taxa de desocupação do Brasil ficou em 5,4% no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026, resultado que representa estabilidade frente ao período de agosto a outubro de 2025, que teve o mesmo percentual, o menor da série comparável, iniciada em 2012. Em relação ao trimestre móvel de novembro de 2024 a janeiro de 2025, quando atingiu 6,5%, há um recuo de 1,1 ponto percentual (p.p.).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal) PNAD-Contínua) foram divulgados nesta quinta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/desemprego-fica-em-54-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2026>

Fonte: Agência Brasil